Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: maio de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Índice

"PAC do cacau" não sai no papel – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 06/05/2009 4

Stephanes: tradings e bancos privados retomam financiamento agrícola – Sítio Eletrônico do MAPA – 06/05/2009 6

O sertão vai virar mar... – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2009 7

Pedidos de indenização ao Proagro aumentam 42% - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 08/05/2009 8

BNDES excede teto de crédito de curto prazo – Janaina Lage – Valor Econômico – Dinheiro – 11/05/2009 10

Cooperativas terão nova linha de crédito – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 12/05/2009 11

Desembolso de bancos foi R$ 2,8 bi menor até março – Valor Econômico – Agronegócio – 12/05/2009 12

Entra em vigor 'SOS' para agroindústrias – Valor Econômico – Agronegócios – 12/05/2009 13

Produtor prejudicado por seca e chuvas terá crédito - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 15/05/2009 13

CNA e OCB pedem plano de R$ 120 bi - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 15/05/2009 14

MDA e instituições financeiras discutem Plano Safra 2009 – Sítio Eletrônico do MDA – 15/05/2009 16

Agricultores de estados afetados por seca e enchentes ganham linha de crédito especial – Sítio Eletrônico da CNA – 15/05/2009 17

MSTTR negocia pontos de política agrícola – Sítio Eletrônico da Contag - 18/05/2009 18

BNDES libera R$ 5 bi para capital de giro para agronegócio – Sítio Eletrônico da CNA – 19/05/2009 19

CRA do Senado fará nova audiência para debater dívida agrícola – Sitio Eletrônico da CNA – 19/05/2009 19

CNA quer queda maior da taxa Selic para reduzir juros do financiamento rural – Sítio Eletrônico da CNA – 19/05/2009 20

Pauta do Grito é apresentada a ministro – Contag - 19/05/2009 21

Aécio e Mantega discutem hoje dívida de cafeicultores – Sítio Eletrônico da CNA – 21/05/2009 22

Aécio: Governo converterá R$ 1 bi de dívidas de cafeicultores em sacas – Sítio Eletrônico da CNA – 21/05/2009 22

Presidente da CNA propõe ao BC medidas que permitam o acesso do produtor a novos financiamentos para a safra 2009/2010 – Sítio Eletrônico da CNA – 21/05/2009 23

CNA pede apoio do Banco do Brasil para a criação de Fundo de Risco. – Sítio Eletrônico da CNA – 21/05/2009 25

Plano de Safra deve ser anunciado dia 20 de junho. – Sitio Eletrônico da CNA – 21/05/2009 25

"PAC do cacau" não sai no papel – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 06/05/2009

Um ano após anúncio oficial pelo presidente Lula, o "PAC do Cacau" patina para sair do papel. Até agora, apenas 5% das dívidas totais de R$ 948 milhões foram regularizadas e pouco mais da metade das 14,7 mil operações estão incluídas na renegociação dos débitos. Desse total, só 351 operações (2,4%) foram efetivamente liquidadas nos bancos.

Os recursos da União a fundo perdido, que deveriam financiar pesquisas, assistência técnica, extensão rural, capacitação técnica e aquisição de mudas resistentes a doenças, ainda não foram liberados pelo governo. Os R$ 12 milhões previstos para 2008 continuam bloqueados e o orçamento de R$ 13 milhões previsto para este ano ainda aguarda uma decisão do Tesouro Nacional.



Há um ano, na cerimônia de lançamento do programa, em Ilhéus (BA), o presidente prometeu dinheiro do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) para implantar mini-usinas de processamento de cacau, mas até agora não há recursos para a construção dos prédios nem para aquisição de equipamentos. Em jogo, estão os interesses de 25 mil produtores, sobretudo do sul da Bahia, onde há 600 mil hectares cultivados.

Devastada pelo fungo da "vassoura-de-bruxa" no início dos anos 90, a cacauicultura baiana definha em lenta agonia. Dívidas impagáveis e opções restritas de tecnologias têm impedido os produtores de superar uma crise que dura quase 15 anos.

"Só a retomada do crédito pode mudar a situação", diz o coordenador de Cacauicultura do Banco do Nordeste (BNB), Delcir Andrade dos Santos. Mas ele lembra que 8.664 operações foram incluídas só na renegociação em abril. Eram contratos com risco bancário assumido pelo Tesouro, governo da Bahia e do FNE. Seguem de fora operações renegociadas nos programas federais de saneamento de ativos (Pesa) e de securitização das dívidas. "Hoje, não tem bônus nem prazos compatíveis".

Diante da situação, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), vinculada ao Ministério da Agricultura, já pediu a revisão do "PAC". É necessário ampliar o alcance do programa para incentivar atividades como fruticultura, apicultura, floricultura, aquicultura e pecuária no sul da Bahia. Os benefícios estão hoje restritos ao plantio de cacau, seringueira e dendê.

A Ceplac reivindica "uniformizar" os descontos para liquidação de dívidas dos produtores familiares e empresariais. E pede que os cálculos dos rebates sejam feitos em cada etapa do antigo Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira - hoje, isso é feito de forma global. Seria necessário separar a origem de cada dívida, o que elevaria o bônus ao produtor. Das 6.033 operações excluídas da renegociação, que somam R$ 466 milhões, 74% foram contratadas por pequenos produtores. Essas 4.448 operações estão sob a gestão do BNB. Há outros 1.585 contratos em atraso no Banco do Brasil.

Um grupo técnico estuda uma nova proposta de renegociação. Seriam recomendados rebates uniformes de 80% a 90% para todos os produtores - hoje é de 80% para pequenos e de até 35% para grandes. Os rebates seriam concedidos de forma separada por etapas, e não pelo total da dívida, para elevar os descontos.

O diretor-geral da Ceplac, Jay Wallace da Silva e Mota, atribui a lentidão aos problemas no processo de renegociação das dívidas. "Quando foi se ver a lei [11.775], só um terço dos produtores teve direito a aderir ao programa. A Ceplac é, talvez, a única que vem fazendo sua parte".

Segundo ele, a Ceplac já produziu e distribuiu 70 mil mudas de dendê . E teria mais 300 mil até o fim do ano. "Vamos dar um milhão de mudas de seringueira e lançar clones de cacau para teste". Mota admite, porém, que o nó está nas dívidas. "Assim que o produtor

renegociar, receberá kit com mudas e insumos. Mas ainda tem Pesa, por exemplo, que não terá dinheiro novo porque garantias estão 'presas' no BB". Para ele, o BNB poderia adquirir a carteira do BB.

Stephanes: tradings e bancos privados retomam financiamento agrícola – Sítio Eletrônico do MAPA – 06/05/2009

Brasília (6.5.2009) - O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, afirmou, no início da tarde desta quarta-feira (6), que as *tradings* e os bancos privados estão retomando os financiamentos para o setor agrícola, o que diminui a dependência pelo recurso governamental. "De qualquer forma, vamos continuar defendendo recursos que variam de R$ 90 bilhões a R$ 100 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010", disse.

Na ocasião, o ministro comentou que a gripe A (H1N1), até o momento, não impactou os mercados interno e externo de suínos. "Checamos em restaurantes e conversamos com o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Carne Suína (Abipecs) e constatamos que não houve redução no consumo de carne suína", completou.

Algodão – Stephanes reiterou que o algodão é o produto agrícola mais sensível no que se refere à crise financeira mundial e lembrou que, antes da crise, o setor já enfrentava problemas estruturais de queda nos preços e diminuição no consumo mundial. Ele afirmou, ainda, que o governo vai continuar apoiando a comercialização do produto e para isso deve destinar de R$ 500 milhões a R$ 600 milhões. "O setor deve passar por um ajuste de produção e os produtores já estão atentos para mais investimentos em produtividade para tornar a produção brasileira mais competitiva no mercado internacional", enfatizou.

Neste momento, o ministro participa do seminário em comemoração aos 10 anos da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). *(Da Redação).*

O sertão vai virar mar... – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2009

TODAS AS noites vimos acompanhando pelos noticiários das televisões dois simultâneos desastres ocorrendo no país: enchentes no Nordeste e seca no Sul. A seca no Sul causa complicações na oferta de água potável na área urbana de vários municípios e regiões inteiras, mas provoca enormes prejuízos para agricultores e pecuaristas. Até 25% da produção de grãos (soja e milho, principalmente) pode quebrar, acompanhando as perdas também verificadas na Argentina e em parte do Uruguai e do Paraguai.

Só o Paraná, de acordo com informações da Federação de Agricultura daquele Estado, terá uma redução de 6,5 milhões de toneladas de milho e soja na safra deste ano. Isso tem consequências importantes no suprimento desses cereais para as fábricas de rações para aves, suínos e gado de leite, bem como na redução do potencial saldo comercial externo. Além disso, provoca uma perda de renda para o agricultor, que se soma aos elevados custos de plantio e à escassez de crédito rural.

Ruim para os produtores do Sul (aos quais se juntam os de Mato Grosso do Sul), ruim para o país, porque exportará menos, ruim para quem emprestou dinheiro para a cadeia produtiva, ruim para os serviços (transporte, armazenagem, embalagem), para a industrialização, para a arrecadação de tributos, para a geração de empregos. E o pior é que o endividamento resultante desse processo vai ficando recorrente e toca renegociar dívidas. É impressionante a demora na implementação do Seguro Rural, cuja criação se deu em lei de 2003, há seis anos, cuja regulamentação ficou pronta em 2004 e cujo Fundo de Catástrofe, essencial para a fase de resseguro, ainda não foi estabelecido.

Mas, no Nordeste, a situação do campo não é melhor: assistimos nos noticiários à tragédia das inundações urbanas, especialmente com as perdas calamitosas das populações mais pobres, sobretudo as ribeirinhas. As do setor rural, todavia, nem podem ser contabilizadas, porque não é possível sequer chegar às localidades atingidas, uma vez que as estradas praticamente acabaram e os meios de comunicação funcionam precariamente.

No entanto em regiões de fronteira como o centro e o sul do Maranhão e do Piauí e em partes expressivas do Ceará e do Rio Grande do Norte, as reduções da produção são irreparáveis. Na promissora região de Balsas, no sul do Maranhão, onde choveu cerca de 400 milímetros no mês de abril (três vezes mais que a média histórica), a colheita de soja foi iniciada em março com média surpreendente de 55 sacas por hectare; depois de quase um mês inteiro de chuvas ininterruptas, a produtividade caiu de 30% a 50%. O milho começa a ter problemas semelhantes.

Há casos em que os grãos estão brotando na espiga. E o pior: sem estradas, com os armazéns e silos lotados, com os problemas da ferrovia da Vale, mesmo essa colheita desastrosa não pode ser transportada.

Será um duríssimo golpe para toda a região, em que pequenos, médios e grandes produtores foram igualmente atingidos. Não tem jeito: é preciso reformar mesmo todo o sistema do crédito rural, garantindo o seguro da renda como base fundamental do novo modelo.

E, evidentemente, temos de investir em logística e em infraestrutura. Caso contrário, essas regiões de grande potencial levarão anos para se viabilizarem.

ROBERTO RODRIGUES , 66, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

Pedidos de indenização ao Proagro aumentam 42% - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 08/05/2009

A safra brasileira de grãos, fibras e cereais voltou a encolher, os pedidos de indenização ao seguro oficial (Proagro) aumentaram 42% e 569 municípios dos três Estados do Sul e de Mato Grosso do Sul já registraram danos sérios com a longa estiagem.

Em atividade desde o início de abril, o fenômeno "La Niña", que resfria as águas do Oceano Pacífico, deixou um rastro de prejuízos nas lavouras e levou o governo federal a reconhecer situação de emergência em 78 municípios dos quatro Estados. O Banco Central recebeu 66,8 mil comunicados de perda potencial de lavouras. Na safra anterior, foram 47 mil notificações. Até quinta-feira foram comunicados 29,3 mil pedidos no Rio Grande do Sul; 28 mil no Paraná; 8 mil em Santa Catarina; e 400 em Mato Grosso do Sul. O índice de pedidos de indenização chegou a 11,7% do 570 mil operações cobertas pelo seguro oficial.

A estiagem já levou outros 316 municípios a pedirem oficialmente auxílio ao Ministério da Integração Nacional. E mais 175 prefeituras já notificaram o governo por causa da seca.

Os estragos da seca prolongada já provocaram a perda de 7,52 milhões de toneladas da atual safra, sobretudo em lavouras de milho, soja e algodão - 4,73 milhões toneladas no Sul e 665 mil em Mato Grosso do Sul, segundo estimativa divulgada ontem pela

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A produtividade média da safra, também atropelada pelo "La Niña", recuou 10,3% na região Sul e 4,8% em Mato Grosso do Sul.

A safrinha de inverno do milho teve "prejuízos significativos", segundo a Conab, e a produtividade da safra de verão do grão sofreu impactos na fase final do ciclo de produção. Até aqui, as perdas chegaram a 7,3 milhões de toneladas nas duas safras de milho (-12,4%) e a 2,4 milhões nas lavouras de soja (-4%). Os produtores de algodão perderam 350 mil toneladas de pluma (-22%) com a estiagem. No total, os produtores devem colher 136,6 milhões de toneladas de grãos, fibras e cereais na atual safra. O resultado, se confirmado, será 5,2% inferior ao recorde de 144,1 milhões da temporada 2007/08.

Desde março, o Ministério da Integração Nacional reconheceu situação de emergência em 71 municípios gaúchos e sete sul-mato-grossenses. Em análise, estão 26 pedidos do Rio Grande do Sul, três de Santa Catarina (Xaxim, Guaraciaba e Chapecó), um do Paraná (Renascença) e outro de Mato Grosso do Sul (Deodápolis).

Os Estados registram, em estágio inicial, a decretação de emergência em 183 municípios gaúchos, 95 catarinenses, 31 paranaenses e sete sul-mato-grossenses. O ministério informa ter recebido 164 notificações recentes do Rio Grande do Sul, oito de Santa Catarina e três do Paraná.

A maior retração na atual safra foi no milho safrinha, a mais atingida pela estiagem. A nova previsão da Conab prevê uma safrinha de 17,41 milhões de toneladas - ou 624 mil toneladas abaixo da projeção anterior. As maiores quebras são no Paraná e Mato Grosso.

As plantações de soja também foram atingidas e registraram uma redução de 518 mil toneladas ante a última estimativa. Assim, devem ser colhidas 57,62 milhões de toneladas da oleaginosa. Na liderança, Mato Grosso deve colher 18 milhões de toneladas. O Paraná, 9,57 milhões, e o Rio Grande do Sul, 7,84 milhões de toneladas.

Pela primeira vez, a Conab reduziu as previsões para a safra de feijão. A colheita total será de 3,76 milhões de toneladas, recuo de 47,6 mil toneladas ante o mês anterior. Outra surpresa foi a redução de 30,9 mil hectares na área cultivada. Mesmo assim, a colheita de feijão deve superar em 6,9% a safra passada. A projeção para o arroz também prevê incremento, de 138,4 mil toneladas, somando 12,81 milhões de toneladas.

BNDES excede teto de crédito de curto prazo – Janaina Lage – Valor Econômico – Dinheiro – 11/05/2009

Pedidos sobre linha de capital de giro somam R$ 6,7 bi, ante oferta de R$ 6 bi; frigorífico lidera demanda

A demanda por crédito de curto prazo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) já supera o orçamento previsto para este ano. Lançada em dezembro para minimizar a escassez de crédito, a linha PEC (Programa Especial de Crédito) tem orçamento de R$ 6 bilhões e vigência até o fim do ano. Em cinco meses, a procura por empréstimos somou R$ 6,685 bilhões.

Até o fim de abril, os principais interessados nesse tipo de empréstimo foram os frigoríficos. Afetados pelo cenário de demanda externa menor por carne bovina e crédito mais caro, os frigoríficos já pediram R$ 1,473 bilhão. O banco não divulga o nome das empresas.

A oferta de capital de giro não é atribuição do BNDES. O banco trabalha com financiamento de longo prazo para investimentos. No caso da PEC, os custos totais ficam em média na faixa de 15%, segundo o banco, um patamar ainda competitivo se comparado ao crédito dos bancos privados.

Segundo Caio Pinhão, chefe do departamento de Prioridades do BNDES, os frigoríficos têm necessidade maior de capital de giro. A demanda total do setor, incluindo também o abate de aves e suínos, chega a cerca de R$ 2 bilhões. A linha, de caráter emergencial, tem prazo de trâmite de operações de 30 dias a 60 dias.

As liberações mais rápidas ocorrem quando as empresas apresentam carta de fiança garantindo a operação. Desde que foi lançada, o limite para operações foi ampliado de R$ 50 milhões para R$ 200 milhões.

Segundo Pinhão, não há sinais de preocupação com falta de recursos porque ainda existe um grande volume de operações em consulta (R$ 2,832 bilhões), que é a primeira etapa do trâmite da operação.

Além disso, ele afirma que parte da demanda pode ser absorvida por novas linhas de crédito, como o Programa de Crédito Especial Rural, que inclui frigoríficos, máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas. Caso não seja suficiente, o banco pode elevar o orçamento. "No momento em que tivermos um aumento substancial do valor das operações enquadradas, vamos solicitar suplementação de recursos", disse.

Para Luís Miguel Santacreu, analista financeiro da Austin Ratings, os balanços dos bancos privados no primeiro trimestre mostraram que eles seguraram mais a oferta de crédito.

Cooperativas terão nova linha de crédito – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 12/05/2009

Mesmo em dificuldades para garantir as tradicionais fontes de recursos baratos ao setor rural, o governo lançará seu plano para a safra 2009/10, que começa oficialmente em julho, com um novo programa de capitalização das cooperativas agropecuárias, aumento de limites de crédito e redução de juros. Também deve ser criado um sistema de proteção de preços ("hedge") subsidiado pelo Tesouro Nacional.

O novo "Recoop" das cooperativas oferecerá capital de giro a baixo custo para refinanciar dívidas dessas sociedades, mas incluiria compromisso de aperfeiçoamento na gestão das companhias. A prioridade do governo será para dívidas de cooperativas com risco bancário. As operações de capitalização devem ser orientadas pelo modelo de participação das companhias de "private equity" em empresas privadas.

Assim, as diretorias das cooperativas deverão cumprir planos e metas de gestão, além de cláusulas de desempenho econômico e financeiro. Também deve haver prazos para "desimobilização" do patrimônio sem vínculo direto com o foco do negócio, como supermercados e postos de gasolina mantidos hoje pelas cooperativas.

O programa "Pronaf Cota-Parte", que financia o aporte de recursos dos associados nas cooperativas, deve ter elevados os limites de crédito de R$ 5 mil para R$ 15 mil por beneficiário. O limite de financiamento por cooperativa também deve subir de R$ 5 milhões para R$ 20 milhões. Em cooperativas com pelo menos 70% de produtores familiares associados, o governo estuda impor uma "trava" nos juros. As taxas anuais seriam reduzidas dos atuais 6% mais TJLP (hoje, em 6,25%) para 6,75%.

O programa de subsídios ao "hedge" de preços será acoplado à concessão de crédito rural, como já ocorre hoje com o seguro rural. Ainda sob avaliação, o instrumento terá como objetivo elevar a produtividade média e induzir o uso de tecnologia. Para isso, serão usados mecanismos de estímulo financeiro. Quem obtivesse mais produtividade pagaria prêmios menores pela proteção nas operações cobertas.

O governo avalia ainda a criação de um fundo garantidor para avalizar novas operações rurais sem a necessidade da alienação de garantias reais adicionais - terras e máquinas, por exemplo. Em situação financeira delicada e endividados, produtores e cooperativas perderam acesso ao crédito rural subsidiado por impedimentos cadastrais e falta de novas garantias aos bancos. A proposta confrontaria, porém, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impede o governo de dar aval nesse tipo de operação. O governo estuda uma maneira de reforçar o fundo sem descumprir a LRF.

Também está sob análise a prorrogação das dívidas de produtores prejudicados pela estiagem no Sul do país e no centro-sul de Mato Grosso do Sul. Regiões afetadas pelas enchentes no Norte e Nordeste também poderiam ser beneficiadas. O Banco Central

recebeu, até a última semana, 67 mil comunicados de perdas potenciais com desastres naturais em todo o país. Isso significa volume 42% superior aos 47 mil pedidos de indenização da safra anterior. Os pedidos são encaminhados pelos bancos para cobertura do seguro oficial (Proagro) nas operações de crédito.

Desembolso de bancos foi R$ 2,8 bi menor até março – Valor Econômico – Agronegócio – 12/05/2009

Os bancos desembolsaram R$ 2,8 bilhões a menos em crédito rural nos nove primeiros meses da atual safra de grãos (2008/09). Esta retração no crédito à chamada agricultura empresarial, equivalente a 6%, foi mais significativa nas operações de aplicação obrigatória ("exigibilidades") sobre depósitos à vista (18%) e nos empréstimos bancários com taxas de juros livres (47%).

De julho de 2008 a março de 2009, o recuo do crédito nessas duas modalidades chegou a R$ 9,5 bilhões, informaram bancos públicos e privados ao governo federal em relatório oficial. A oferta global de crédito rural foi parcialmente compensada pela elevação de 70% nas aplicações dos recursos de "poupança rural", operada pelo Banco do Brasil e instituições cooperativas (Bancoob e Bansicredi).

Também colaborou para o desempenho o acréscimo de 36% nos financiamentos de investimentos no campo, sobretudo nas operações lastreadas em recursos de baixo custo dos fundos constitucionais (FCO, FNO e FNE).

Mesmo com a retração global, uma tendência positiva foi a elevação de 91% dos financiamentos de bancos cooperativos a produtores médios. O volume chegou a R$ 158 milhões até aqui - resultado 64% superior aos R$ 83 milhões do ciclo anterior.

Os empréstimos à agricultura empresarial fecharam os nove meses da safra 2008/09 em R$ 44,18 bilhões, ou 68% do total de R$ 65 bilhões programados para o atual ano-safra. A performance ficou 19% abaixo do desempenho do mesmo período do ciclo anterior (2007/08). Nesta mesma época do ano passado, os bancos haviam desembolsado 81% do total reservado ao Plano Safra.

Na outra mão, as aplicações na agricultura familiar cresceram 14% no mesmo período. Em nove meses, os financiamentos ficaram R$ 878 milhões acima da safra anterior, fechando em R$ 7,14 bilhões - ou 55% do total de R$ 13 bilhões programados para a temporada 2008/09.

O relatório, consolidado pelo Ministério da Agricultura, mostra que os investimentos no campo estão em alta. Mesmo com a crise financeira global, produtores e

cooperativas demandaram um adicional de R$ 1,88 bilhão (36%) em crédito para investimento neste ano-safra do que no ciclo anterior. O ritmo de desembolsos foi 19% superior à temporada passada. A boa performance reflete a elevação de R$ 1,67 bilhão (80%) no crédito oferecido pelo bancos nos fundos constitucionais. Até agora, os bancos emprestaram R$ 3,75 bilhões do FCO, FNE e FNO a produtores e cooperativas agropecuárias.

As operações de investimento em infraestrutura (Moderinfra) registraram evolução positiva de 74%, chegando a R$ 193 milhões. Os bancos aplicaram até o momento 39% do previsto no programa - na safra passada, eram 22% nesse mesmo intervalo. (MZ)

Entra em vigor 'SOS' para agroindústrias – Valor Econômico – Agronegócios – 12/05/2009

O Ministério da Agricultura informou ontem que a tão aguardada linha de crédito de R$ 10 bilhões anunciada pelo governo em 16 de abril para engordar o capital de giro de agroindústrias, principalmente frigoríficos, entrou em vigor. Cooperativas e empresas de equipamentos agrícolas também podem recorrer à linha.

Operada pelo BNDES, que já recebeu diversas solicitações, a linha teve sua taxa de juros fixada em 11,25% ao ano. Mas, como já informou o Valor, há alguns critérios que terão de ser seguidos pelos bancos operadores e pelos interessados nos recursos. O governo não quer, por exemplo, que os empréstimos sejam usados no pagamento de dívidas bancárias. Os bancos também deverão solicitar garantias reais como estoques ou propriedades parcialmente hipotecadas.

Produtor prejudicado por seca e chuvas terá crédito - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 15/05/2009

Em reunião extraordinária, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprova hoje R$ 950 milhões em ajuda a produtores rurais castigados pela estiagem no Sul e inundações no Norte e Nordeste. O Ministério do Desenvolvimento Agrário divulgou ontem a prorrogação das dívidas de custeio e investimento doe produtores, concessão de crédito emergencial e financiamento de insumos para alimentação de animais.

O governo usará R$ 454 milhões do seguro "Proagro Mais" para atender a 61 mil pedidos de indenização. Quem não tiver seguro, poderá prorrogar as operações por três anos, com um ano de carência. Dívidas de investimento terão parcela de 2009 prorrogada para o fim dos contratos.

Há 187 municípios na região Sul em situação de emergência ou calamidade. A medida custará R$ 50 milhões ao Tesouro. Haverá, ainda, crédito emergencial de R$ 285 milhões para todos os Estados. As operações serão de até R$ 1,5 mil, com juros de 0,5% e dois anos para pagar. Outros R$ 103 milhões "Garantia Safra" financiarão ajuda de R$ 550 em cinco parcelas.

CNA e OCB pedem plano de R$ 120 bi - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 15/05/2009

Mesmo com a previsão de um incremento de 1% na área cultivada da próxima safra (2009/10), que começa oficialmente em julho, cooperativas agropecuárias e produtores rurais pediram ontem ao governo quase o dobro de recursos destinados no atual ciclo (2008/09) para financiar as operações de custeio, investimento e comercialização.

O pedido conjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) soma R$ 120 bilhões. O atual plano de safra prevê a destinação de R$ 65 bilhões ao setor. O pedido dos ruralistas também inclui a redução dos juros do crédito rural de 6,75% para 5% ao ano - médios produtores teriam taxa de 4,5%.

A proposta do consórcio ruralista reforçou a necessidade de elevação dos subsídios da União ao setor. Para garantir as operações de seguro rural, o setor prevê que o orçamento do subsídio oficial deveria dobrar para R$ 400 milhões no próximo ciclo.

Além disso, pede-se a criação de um programa de subvenção ao frete de acordo com o perfil do produtor e sua localização geográfica. Quanto mais longe dos portos, mais subsídios. Os dirigentes do setor também propuseram a concessão de subsídios ao prêmio dos contratos de opção lançados pelo governo.

Feliz safra nova

Os pedidos da CNA para 2009/10

- **R$ 120 bilhões** para custeio, investimento e comercialização
- **Juros** de 5% ao ano
- **Reajuste** dos preços mínimos de garantia
- Criação de **fundo de aval** para mitigar riscos de crédito
- **R$ 400 milhões** em subsídios para seguro rural
- **Revogar reclassificação** automática para operações rurais renegociadas
- **Programa de subvenção** ao frete
- **Subsídios** para prêmios dos contratos de opção
- Autorizar **cooperativas de crédito** a fazer operações rurais
- **R$ 2,5 bilhões** para nova linha de capital de giro
- **R$ 3 ,1 bilhões** em desonerações de impostos (IOF, PIS-Cofins, adicional de frete e importação) para fertilizantes, rações, sal mineral

Fonte: CNA

"Nós sempre respondemos aos estímulos do governo. A cada R$ 100 milhões em subsídios ao setor, elevamos o PIB global do Brasil em R$ 1 bilhão", afirmou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO). "A subvenção ao setor rural compensa para o governo e a sociedade. É isso o que se faz em todo o mundo".

Alçado à condição de "fundamental" para o setor, a criação de um fundo de aval para mitigar riscos de crédito do setor seria bancada com recursos do Tesouro Nacional. A medida seria conjugada com a revogação de uma resolução do Banco Central que obriga a reclassificação automática, para baixo, em operações rurais renegociadas. "Isso é considerado ponto crucial nas questões estruturantes", disse o secretário-executivo da OCB, Renato Nobile.

Com a estimativa de produzir um adicional de 5,3 milhões de toneladas de grãos, fibras e cereais na comparação com a última previsão do governo, os ruralistas solicitaram reajuste dos preços mínimos de garantia de todas as principais culturas. A correção variaria de 10% para arroz e algodão até 33% para leite. Os limites individuais de financiamento também teriam alta de 9% a 200%, segundo a cultura.

Em situação financeira delicada, os cooperativistas solicitaram ao governo a autorização para que o segmento de crédito dessas sociedades possa fazer operações rurais com recursos mais baratos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos fundos constitucionais (FNE, FNO e FCO). As cooperativas pediram a alocação de R$ 2,5 bilhões para nova linha de capital de giro, além da elevação do orçamento do programa de investimentos do segmento (Prodecoop) de R$ 1 bilhão para R$ 2,2 bilhões a juros de 5% ao ano.

O segmento também solicitou a criação do "Proger Cooperativo", onde associados teriam acesso a crédito a juros mais baixos.

Na área tributária, o setor rural pediu medidas de R$ 3,1 bilhões em desonerações de impostos, como IOF, PIS-Cofins e adicional de frete da Marinha Mercante para fertilizantes, rações e sal mineral, além da manutenção da tarifa zerada para importação de matérias-primas usadas na fabricação de fertilizantes. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou que analisará os pedidos e tentará defendê-los no governo. "Mas não quer dizer que tudo será incluído no plano", afirmou.

MDA e instituições financeiras discutem Plano Safra 2009 – Sítio Eletrônico do MDA – 15/05/2009

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) já está preparando o Plano Safra 2009/10 para ser lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ministro Guilherme Cassel tem conversado com os movimentos sociais no âmbito das negociações do Grito da Terra e da Jornada da Agricultura Familiar para colher as demandas dos agricultores e, ao mesmo tempo, está discutindo com o Ministério da Fazenda as alterações no crédito e no montante de recursos para a próxima safra.

Nesta sexta-feira (15), o ministro se reuniu com representantes dos bancos do Brasil (BB) e da Amazônia (BASA) para debater metas e ampliar a participação dos agentes financeiros na execução do Plano Safra do próximo ano. Semana que vem será a vez do Banco do Nordeste do Brasil(BNB).

Pauta

Na reunião com o BB, o ministro recebeu uma avaliação preliminar positiva das operações do Mais Alimentos, linha de crédito criada pelo MDA em 2008 para modernização produtiva da propriedades da agricultura familiar do País. O balanço será apresentado em junho deste ano ao presidente Lula.

Com o BASA, o MDA tratou da adequação de instrumentos para os desafios da produção sustentável na Amazônia. A preocupação do Ministério é garantir os ajustes necessários para ampliar as operações de manejo sustentável e de projetos da sociobiodiversidade.

Nos últimos anos, houve mudanças importantes na concepção dos agentes financeiros sobre as operações de crédito para a agricultura familiar. Os bancos reconheceram a relevância do setor e incorporaram as características da agricultura familiar aos instrumentos e procedimentos financeiros.

Atualmente, há 4,5 milhões de agricultores familiares no Brasil. Eles respondem por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e produzem 70% dos alimentos consumidos no País.

Agricultores de estados afetados por seca e enchentes ganham linha de crédito especial – Sítio Eletrônico da CNA – 15/05/2009

Os pequenos produtores rurais de oito estados do Norte e Nordeste afetados pelas enchentes e de cinco estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste afetados pela seca passarão a contar com uma linha de crédito emergencial. O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou hoje (15) o repasse de R$ 285 milhões em financiamentos para a agricultura familiar nessas regiões.

Com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, a linha terá limite individual de R$ 1,5 mil. Os financiamentos terão juros de 0,5% ao ano. Os produtores terão dois anos para pagar o empréstimo.

O CMN também prorrogou o vencimento das parcelas dos financiamentos de custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Banco da Terra, do Programa Nacional de Crédito Fundiário e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária. As medidas, no entanto, só valem para municípios que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Foram beneficiados produtores dos seguintes estados: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, que sofrem com a chuva, e São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, afetados pela seca.

Para os estados atingidos pela seca, o prazo de pagamento das parcelas que venceram entre 1º de janeiro e 31 de julho foi prorrogado para 1º de agosto. As prestações que vencerem de

agosto a dezembro poderão ser renegociadas em até três anos, com a primeira parcela vencendo em 2010.

No caso dos estados afetados pela chuva, as parcelas que venceram entre 1º de abril e 30 de setembro poderão ser quitadas somente em 1º de outubro. As prestações seguintes também serão renegociadas em até três anos. No entanto, quem renegociar ou prorrogar o vencimento da dívida com o Pronaf e os demais tipos de crédito fundiário não terá acesso à linha emergencial de R$ 285 milhões.

O CMN autorizou ainda o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a repassar aos bancos públicos R$ 5 bilhões da linha de crédito de R$ 10 bilhões de financiamento do capital de giro de agroindústrias, cooperativas agropecuárias e indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas. A linha entrou em vigor no dia 11, mas até agora só era operada pelo BNDES.

A linha terá juros de 11,25% ao ano, com prazo de até 24 meses para o pagamento da dívida principal e até 12 meses de carência. O prazo de contratação vai até 31 de dezembro. De acordo com o CMN, tanto o valor máximo por cliente como os intervalos de pagamento entre as parcelas serão definidos pelos bancos públicos que operarem a linha de crédito.

MSTTR negocia pontos de política agrícola – Sítio Eletrônico da Contag - 18/05/2009

O movimento sindical do campo começou a negociar com o governo nesta segunda-feira (18) a pauta de reivindicações do Grito da Terra Brasil 2009. Pela manhã, representantes da Contag, de sindicatos e Fetag's de 10 estados apresentaram a integrantes da secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), os principais pontos ligados a área de política agrícola.

"Estamos pedindo mais empenho na política de renda, que é nosso grande desafio. Também queremos aumento de teto para o Pronaf, bem como a melhoria da condição de acesso por meio da renda", afirma o secretário de política agrícola da Contag, Antoninho Rovaris.

O diretor de Financiamento e Proteção da Produção da SAF, João Luiz Guadagnin, falou da importância da mobilização dos agricultores familiares para garantia de qualidade de vida e de renda e garantiu avanços em vários pontos reivindicados.

"Vamos intensificar as políticas no que diz respeito aos financiamentos e investimento. Outro avanço importante que queremos trabalhar com eles é a melhoria das políticas de garantia de preços da agricultura familiar, especialmente, da elevação de tetos", ressalta o

diretor.

Às 14h, o grupo começou a reunião com técnicos do governo federal para tratar de assistência técnica e extensão rural e políticas para o biodiesel. As reuniões ocorrem na sede da Contag.

Às 17h, os trabalhadores e trabalhadoras rurais se encontram com o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt.

A semana reserva uma série de reuniões do movimento sindical do campo com o governo federal para a apresentação das propostas do GTB 2009, que ocorrerá dias 26 e 27 de maio, em Brasília. **Fonte:** Danielle Santos, Agência Contag de notícias.

BNDES libera R$ 5 bi para capital de giro para agronegócio – Sítio Eletrônico da CNA – 19/05/2009

Brasília, 19 - Começou a vigorar hoje a decisão em que o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou, na sexta-feira, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a liberar R$ 5 bilhões, como capital de giro, para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias. O dinheiro será repassado aos bancos públicos federais para que atuem como agentes operadores diretos, ou por outras instituições financeiras públicas e privadas.

A autorização ao BNDES está na Resolução nº 3.725, publicada hoje no "Diário Oficial da União". O dinheiro é da linha de crédito de R$ 10 bilhões para o setor instituída pelo CMN no dia 15 de abril. Os R$ 5 bilhões serão repassados a 11,25% ao ano, com remuneração de até 4% ao ano para os agentes financeiros. Os empréstimos poderão ser contratados até 31 de dezembro.

Fonte: Neri Vitor Eich

CRA do Senado fará nova audiência para debater dívida agrícola – Sitio Eletrônico da CNA – 19/05/2009

São Paulo, 19 - O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, serão os próximos convidados a debater com os senadores a situação do agronegócio brasileiro. Eles devem comparecer à próxima reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, agendada para a próxima terça-feira.

A sugestão dos nomes foi feita pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO) que já anunciou pretender elaborar, ao lado do senador Gilberto Gollner (DEM-MT), uma proposta de criação de um fundo específico de apoio aos produtores rurais endividados. As informações são da Agência Senado.

Fonte: Equipe AE

CNA quer queda maior da taxa Selic para reduzir juros do financiamento rural – Sítio Eletrônico da CNA – 19/05/2009

Para baixar os juros aplicados nos financiamentos agrícolas, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defendeu nesta sexta-feira (15.05), em Campinas (SP), uma queda maior da taxa básica de juros da economia, a Selic, hoje em 10,25% ao ano, que serve de referência para todas as taxas cobradas pelos bancos. Durante o lançamento do CNA em campo na cidade, ela criticou os altos encargos cobrados para financiar as lavouras, que chegam a uma média de 21% no Centro-Oeste, enquanto no Centro-Sul do país este percentual chega a 15%. "É exorbitante e por isso insistimos em uma redução mais significativa", justificou.

Segundo ela, as tradings, que têm sido uma das principais financiadoras da atividade rural nos últimos anos, cobram juros maiores em razão do alto patamar da Selic, apesar de sua redução nos últimos meses. "É um prejuízo para a economia. No nosso caso, se as tradings cobrassem encargos mais baixos, talvez precisássemos menos do crédito oficial", disse Kátia Abreu. Na proposta do setor privado para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da próxima safra, entregue ontem ao governo, a taxa pleiteada para custeio e comercialização é de 5%, acompanhando o comportamento da taxa básica.

Em entrevista coletiva, ela estimou que o montante necessário para financiar a safra é de R$ 158,5 bilhões. Para o crédito oficial, foram solicitados R$ 120 bilhões para custeio, comercialização e investimento, segundo a proposta do PAP. Também no plano, o setor rural sugere a criação de um fundo de compensação de riscos, para permitir maior acesso do produtor rural ao financiamento agropecuário. Ainda em relação ao crédito, a senadora mencionou ainda as discussões para a reestruturação do modelo de crédito rural, no qual as propriedades, para obterem facilidade de acesso a recursos e juros mais baixos, seriam transformadas em empresas.

Outro tema abordado pela presidente da CNA, que está entre as principais preocupações do produtor, é o Código Florestal Brasileiro. "Se o código fosse integralmente cumprido, acabariam as plantações de café no sul de Minas Gerais e no Espírito Santo, as plantações de mais de 400 anos de cana no Nordeste, a produção de maçã de Santa Catarina", justificou, defendendo a reforma do código, vigente desde 1965. "O que está consolidado de produção deve ser mantido e o que temos de cobertura florestal também deve ser preservado", afirmou a senadora, rebatendo as insinuações de que os

produtores são os principais responsáveis pelo desmatamento. “Temos plenas condições de aumentar nossa produção sem precisar desmatar uma árvore, inclusive para cumprir a primeira das Metas do Milênio da ONU, que é a de reduzir a fome em 50% até 2015”, enfatizou.

Encontros – Ainda em Campinas, Kátia Abreu se reuniu com o prefeito da cidade, Hélio de Oliveira Santos. No encontro, discutiram temas ligados à agropecuária, como legislação ambiental, crédito rural e as ações do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Participaram o vice-prefeito de Campinas, Demétrio Villagra, o deputado federal Guilherme Campos, e os vereadores Campos Filho, Dário Saadi e professor Alberto. Também no CNA em Campo, houve reunião com 350 produtores rurais, no auditório do Instituto Agrícola de Campinas (IAC). Primeiramente, eles ouviram o Vice-Presidente Executivo da CNA, Fábio de Salles Meirelles Filho, que enfatizou a importância da iniciativa. Em seguida, eles assistiram a uma palestra do secretário executivo do SENAR, Omar Hennemann,que abordou o tema “SENAR em Tempo de Mudança”, relatando as principais ações da entidade. Depois, a senadora falou sobre “O papel da agropecuária no desenvolvimento socioeconômico do país”, mencionando vários temas que envolvem o setor agropecuário, como meio ambiente, crédito rural, plano de safra, questões trabalhistas e fundiárias.

Por último, o secretário de Agricultura de São paulo, João Sampaio, frisou a busca de medidas que garantam renda ao produtor rural. "É com rentabilidade que o produtor vai permanecer na atividade e os empregos serão mantidos", disse.

Depois de almoçar com lideranças de Campinas, a presidente da CNA teve um encontro com presidentes de sindicatos rurais. Em seguida, visitou o arcebispo da cidade, Dom Bruno Gamberini, e encerrou os compromissos no CNA em Campo discutindo os prejuízos causados aos produtores pela legislação ambiental com o promotor do Meio Ambiente do Ministério Público da cidade, José Roberto Albejante.

Pauta do Grito é apresentada a ministro – Contag - 19/05/2009

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais apresentaram ontem (18), em Brasília, a pauta de reivindicação de políticas sociais ao ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Patrus Ananias. Entre os pontos que integram a pauta do Grito da Terra Brasil 2009 (GTB) estão a criação de políticas específicas para a terceira idade, expansão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros.

Na oportunidade a vice-presidente da Contag, Alessandra Lunas, entregou ao ministro uma carta-denúncia sobre as condições das crianças e adolescentes do campo. "Precisamos de uma atenção conjunta de todos os órgãos do governo para que nossos jovens tenham um futuro de qualidade", afirma.

O movimento sindical do campo dá seqüência até o fim desta semana a uma série de reuniões com órgãos do governo federal para negociação da pauta do GTB, que ocorre entre os dias 26 e 27 de maio.

Aécio e Mantega discutem hoje dívida de cafeicultores – Sítio Eletrônico da CNA – 21/05/2009

Belo Horizonte, 21 - O governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), irá se encontrar novamente hoje com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para discutir a crise da cafeicultura. Aécio chegou a se encontrar com Mantega, no início do mês de abril, para apresentar a proposta de conversão das dívidas financeiras do setor em sacas, por um preço de referência de R$ 320,00/saca, com prazo de 20 anos para pagamento e juros de 5%.

"Tivemos uma reunião, algumas semanas atrás, com as principais lideranças da cafeicultura nacional. Alguns entendimentos foram feitos e não houve nenhuma ação concreta ainda em relação a esses investimentos como, por exemplo, transformar o valor da dívidas em sacas de café e alongar o pagamento em vinte anos, com parcelas de 5% a cada ano e algumas outras questões que eu quero ouvir do ministro qual será o encaminhamento". A reunião, em Brasília, deverá contar com a presença de lideranças do setor de vários Estados do País, de acordo com o governador.

O governador mineiro pretende discutir também o ressarcimento aos Estados com as perdas provocadas pela Lei Kandir e ainda a distribuição dos recursos da Cide. "Esse recurso nos foi podado em mais de 90%", disse ontem o governador.

Aécio: Governo converterá R$ 1 bi de dívidas de cafeicultores em sacas – Sítio Eletrônico da CNA – 21/05/2009

Brasília, 21 - O governador de Minas Gerais, Aécio Neves, informou hoje que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, aceitou o recebimento de R$ 1 bilhão em dívidas dos cafeicultores em sacas de 60 quilos do produto. Segundo ele, não houve acordo com relação aos cerca de R$ 3 bilhões devidos pelos produtores com setor privado, ficando o acerto apenas na parcela devida ao setor público. Segundo Aécio Neves, a conversão da dívida financeira em produto físico será feita ao longo de 20 anos, sendo que a cada ano será abatida o correspondente a 5% da dívida financeira total.

Segundo o governador mineiro, essa forma de pagamento vai permitir ao governo formar um estoque regulador de café. Aécio Neves disse, ainda, que o ministro Mantega

informou que o governo vai fazer leilões de opção de venda de café, mas não entrou em maiores detalhes, pois a medida será anunciada pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

Aécio Neves comentou, ainda, que é preciso avançar na discutir sobre a comercialização do café, de modo que o Brasil tenha maior influência na formação dos preços internacionais do produto, já que detém cerca de 30% do mercado mundial. Atualmente, os preços do café arábica têm como referência as cotações futuras na Bolsa de Nova York. O Brasil, porém, não faz entrega de café naquela bolsa, ao contrário de concorrentes, como Colômbia e países da América Central. Os cafés brasileiros são cotados com deságio em relação aos preços da bolsa, enquanto outras origens recebem prêmio na entrega contra Nova York.

Fabio Graner

Presidente da CNA propõe ao BC medidas que permitam o acesso do produtor a novos financiamentos para a safra 2009/2010 – Sítio Eletrônico da CNA – 21/05/2009

A alteração da Resolução 3499, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece critérios de classificação de risco para operações de crédito rural, renegociadas ou prorrogadas, foi encaminhada, hoje (21/5), pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, ao presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles. Ao justificar a necessidade de alteração da norma, durante encontro na sede do BC, em Brasília, ela explicou que a medida, incluída na proposta do setor privado para a safra 2009/2010, permitiria maior acesso do produtor à contratação de recursos novos para a próxima safra.

Acompanhada do Vice-Presidente e do Diretor de Agronegócio do Banco do Brasil, Luís Carlos Guedes Pinto e José Carlos Vaz, a senadora explicou que a proposta é assegurar que o produtor com mais de um contrato no mesmo banco, ao renegociar uma das operações, não tenha as outras reclassificadas para patamares de risco de inadimplência mais altos, pois quanto maior for este nível de risco, maior a dificuldade para obtenção do crédito rural nos bancos. Os dirigentes do Banco do Brasil se comprometeram a apresentar, em uma semana, uma simulação sobre o número de agricultores que seriam beneficiados pela medida e quantos sairiam ou reduziriam seu nível de risco junto à instituição. Diante desta disposição, o presidente do Banco Central ficou de analisar, em uma semana, o estudo do Banco do Brasil e a proposta alteração da resolução 3499. Se aprovada por Meirelles, a resolução será encaminhada ao Conselho Monetário Nacional (CMN), para ser votada pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, entre outros.

Apesar da Resolução 3499 prever que as operações renegociadas ou prorrogadas no âmbito do CMN não sofram rebaixamento no risco, Kátia Abreu ressaltou que a aplicabilidade desta norma não tem funcionado na prática. “Os produtores que financiavam suas lavouras com recursos do crédito rural não conseguem mais acessar estas fontes e se

vêem obrigados a recorrer às linhas de crédito com juros de mercado, que restringem a sua participação nos financiamentos", argumentou. Na avaliação da senadora, a mudança deste mecanismo previsto na norma é um dos gargalos a serem solucionados. "Isso resolveria 40% dos problemas de financiamento do setor agropecuário", completou.

Outro ponto a ser resolvido é a criação de um fundo de compensação para assegurar o volume de recursos necessários ao aprovisionamento das operações de crédito rural, que é o percentual reservado pelos bancos para os contratos. Quanto mais elevado o risco, que varia de AA (mínimo) a H (máximo), maior o valor aprovisionado. "Queremos um fundo, a exemplo dos programas Minha Casa Minha Vida e outros já foram criados para atender outros segmentos, como as micros e pequenas empresas, o que resolveria os 60% dos problemas restantes para bancar a lavoura", afirmou. Segundo a senadora, o fundo garantidor está sendo formatado com a ajuda do Banco do Brasil, do Ministério da Agricultura e da CNA e será apresentado aos ministérios da Fazenda e do Planejamento com o objetivo de amenizar os riscos dos agricultores.

"A apresentação do Plano de Safra pelo Governo, sem a solução destes dois problemas, de nada adiantará para a viabilização da safra 2009/2010", disse a presidente da CNA. Para Kátia Abreu, essas duas questões são a primeira preocupação do setor, ficando o crédito em segundo lugar. Segundo ela, a dificuldade de obter novos empréstimos aumentou principalmente nas safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, diante de fatores como as adversidades climáticas ocorridas no Sul e em Mato Grosso do Sul, que acarretaram perda de 12 milhões de toneladas na produção, o surgimento da ferrugem asiática, praga que afetou a lavoura de soja e provocou prejuízo de mais de 10,9 milhões de toneladas, e as oscilações no câmbio (que foi alto durante o plantio e baixo na época de colheita).

Segundo relato da senadora Kátia Abreu a Henrique Meirelles, em razão destes motivos, aumentou o nível de inadimplência dos agricultores, que tiveram dificuldade de honrar o pagamento dos financiamentos nos bancos. Conseqüentemente, continuou, elevou-se o percentual de operações de crédito com alto risco de inadimplência. Na carteira de agronegócio do Banco do Brasil, por exemplo, este índice, que era de 3% em 2003, subiu para 14,5% no ano passado. Nestas três safras, a perda gerada no Produto Interno Bruto (PIB) foi de R$ 23,8 bilhões.

Para a presidente da CNA, as ações que o Governo implementou neste período de crise destinadas a diversos segmentos da economia brasileira ainda não se estenderam à agropecuária. "Agora, chegou a nossa hora", afirmou a senadora. Sua expectativa é de que um setor que representa 30% do PIB, emprega 26 milhões de trabalhadores e é responsável por um terço das exportações brasileiras receba esse reconhecimento.

CNA pede apoio do Banco do Brasil para a criação de Fundo de Risco. – Sítio Eletrônico da CNA – 21/05/2009

Brasília (21.05) - A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, pediu (21/5) o apoio do Banco do Brasil, maior financiador do crédito rural, para a criação de um fundo de compensação de riscos para o setor agropecuário, para reduzir o nível de inadimplência dos produtores e evitar a elevação do nível de classificação de risco das operações de crédito rural na safra 2009/2010. "A nossa prioridade é mobilizar esforços para a criação deste fundo, nos moldes dos já existentes, para amenizar os riscos do agricultor para a próxima safra", disse Kátia Abreu. Segundo a senadora, o objetivo é mobilizar esforços, reunindo os Ministérios da Fazenda e Agricultura, Banco do Brasil e CNA para a consolidação de uma proposta, que deverá ser apresentada até a próxima semana.

Segundo a senadora, seria injetado neste fundo o volume de recursos necessários para garantir o aprovisionamento (percentual do financiamento reservado em caso de inadimplência) dos contratos de acordo com o nível de risco de inadimplência dos empréstimos. A proposta prevê um aporte inicial da União, para facilitar o acesso do produtor rural aos novos recursos de financiamento para a lavoura. Participaram da reunião os vice-presidentes de Agronegócio e de Crédito, Controladoria e Risco Global, Luís Carlos Guedes Pinto e Ricardo Flores, além dos Diretores de Agronegócio e Crédito, José Carlos Vaz e Walter Malieni Júnior.

Nas regras atuais do crédito rural, quanto maior o nível de risco da operação, que varia de AA (mínimo) a H (máximo), maior é o percentual da operação aprovisionado. O nível de risco também é critério para a obtenção de financiamento. Os mutuários com risco de E a H têm mais dificuldade de obter novos empréstimos.

Plano de Safra deve ser anunciado dia 20 de junho. – Sitio Eletrônico da CNA – 21/05/2009

Brasília, 21 - O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, informou hoje que o próximo Plano de Safra 2009/2010 deve ser divulgado no dia 20 de junho e antecipou que, "com certeza, será um plano alentado para dar conta das demandas".

Segundo o ministro, o governo fechará até o fim da primeira quinzena de junho as novas condições de financiamento da safra. "Precisamos saber como garantir crédito para o produtor rural num momento em que o crédito ainda é restrito", afirmou Bernardo, ao participar do programa "Bom Dia, ministro", do sistema Radiobrás.

Em recente entrevista à Agência Estado, o ministro disse que o governo estava preocupado em garantir o plantio da próxima safra, a partir de setembro. Por causa da crise financeira internacional, que estourou em setembro do ano passado, os bancos privados e as tradings, importantes financiadores da safra de grãos, reduziram sua participação no mercado de crédito agrícola. Se esses agentes não financiarem a próxima safra nos mesmos níveis da atual safra, o Banco do Brasil terá que aumentar a sua participação, atualmente de 45% do total do crédito rural.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL